



As Cruzadas antigênero, antifeminismo, resistências e a disputa pela educação

The anti-gender crusades, anti-feminsm, resitence and the dispute in the educational field

 **Dayana Brunetto Carlin do Santos**
Doutora em Educação
Universidade Federal do Paraná, UFPR.
Curitiba, Paraná – Brasil.
ms.sex.dayana@gmail.com

 **Karina Veiga Mottin**
Mestra em Educação
Universidade Federal do Paraná, UFPR.
Curitiba, Paraná – Brasil.
karimottin@gmail.com

 **Amanda da Silva**
Doutora em Educação
Universidade Federal do Paraná, UFPR.
Curitiba, Paraná – Brasil.
amanda.bsv@hotmail.com

Resumo: Considerando o contexto de disputa política e o enfrentamento às temáticas LGBT no campo educacional, esta pesquisa propõe-se a realizar uma análise da cruzada antigênero na educação. A partir de uma teorização pós-estruturalista, ancorada principalmente em Michel Foucault e Judith Butler, argumenta-se que, desenvolveu-se no Brasil, um movimento neoconservador que se apoia em um discurso antifeminista para retirar as discussões sobre as relações de gênero das escolas. Assim, conclui-se que realizar uma análise desses discursos neoconservadores é de extrema importância para os estudos de gênero, uma vez que essas narrativas alimentadas por um “pânico moral”, têm dado suporte a projetos de leis como o homeschooling e a militarização das escolas públicas.

Palavras chave: antigênero; educação; antifeminismo.

Abstract: Considering the context of political dispute and the confrontation with LGBT subjects in education, this research aims to perform an analysis of the anti-gender crusade in the educational field. As of a post-structuralist theorization, anchored mainly in Michel Foucault and Judith Butler, it is argued that a neo-conservative motion based in an anti-feminist discourse was developed in Brazil to fight gender and sexuality topics in school curriculum. In conclusion, to carry out an analysis of neo-conservative discourses is essential for gender studies, since these narratives, based in moral panic strategies, has created support for educational laws as homeschooling and militarized schools.

Keywords: anti-gender; education; anti-feminism.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin; MOTTIN, Karina Veiga; SILVA, Amanda. As cruzadas antigênero, antifeminismo, resistências e a disputa pela educação. *Dialogia*, São Paulo, n. 41, p. 1-15, e22300, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/41.2022.22300>.

American Psychological Association (APA)

Santos, D. B. C., Mottin, K. V., & Silva, A. (2022, maio/ago.). As cruzadas antigênero, antifeminismo, resistências e a disputa pela educação. *Dialogia*, São Paulo, 41, p. 1-15, e22300. <https://doi.org/10.5585/41.2022.22300>.

Foram me chamar, eu estou aqui, o que é que há?
Dona Yvonne Lara, “Alguém Me Avisou”

Introdução

A música¹ de Dona Yvonne Lara, mulher negra que marcou a história do samba brasileiro, é recitada para lembrar que nós, pesquisadoras e professoras feministas estamos aqui e em quaisquer outros espaços que abrem frestas para nos unirmos, pois é tempo de somar forças e resistir. No Brasil de 2021, em meio a uma pandemia causada pelo vírus da COVID-19² e a um pandemônio político (DUARTE, 2020), nos encontramos no centro de uma cruzada antigênero, que somada a uma perspectiva antifeminista, pretende deslegitimar um campo de estudos que vem se consolidando há algumas décadas no Brasil e favorece a manutenção de práticas de violências e abusos nas escolas. A investida de poder das forças conservadoras sobre a educação utiliza diversas estratégias para atacar em diferentes frentes, com o objetivo de avançar sobre o espaço educativo formal.

Um dos sinais que apontam para estes investimentos de poder consiste na interdição dos discursos de gênero na escola. Entretanto, tais ataques não ocorrem contra qualquer discurso de gênero, mas sim um específico – o discurso feminista. Suspeitamos que a produção dos discursos feministas como alvo dessa interdição nas escolas esteja relacionada com o perigo que a difusão desse discurso representa para a sociedade machista, sexista, LGBTIfóbica, racista e capacitista. Da perspectiva que procuramos compreender a onda neoconservadora do cenário atual brasileiro, suspeitamos que o diálogo e a produção de posicionamentos políticos feministas nos corpos, práticas e experiências das comunidades escolares representam um perigo, pois abririam espaço para inúmeras possibilidades de enfrentamento das violências de gênero.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar de que forma a cruzada antigênero investe, com uma perspectiva antifeminista, no campo da educação e refletir sobre quais estratégias de resistência podem ser utilizadas para lutar contra a exclusão e as violências que estas narrativas produzem. As análises desenvolvidas nesse texto partem do campo de estudos feminista e pós-estruturalista. O pensamento das (os) filósofas (os) Michel Foucault e Judith Butler são fundamentais na forma como buscamos compreender as investidas contra “o gênero” na educação. Produções brasileiras como a das (os) pesquisadoras (es) Rogério Diniz Juqueira, Jimena Furlani,

¹ Disponível em: <https://www.letas.mus.br/dona-ivone-lara/45561/> Acesso em: 06 mai. 2021.

² A pandemia causada pelo vírus da COVID-19 continua a fazer vítimas no Brasil, vítimas não apenas do vírus, mas da má gestão empreendida pelas instâncias governamentais, especialmente a atual gestão do Governo Federal. Até o momento da escritura deste artigo, o Ministério da Saúde contabiliza 666 mil mortes em decorrência desta catástrofe que assola nosso país.

Maria Rita de Assis César e André Duarte compõem a base para refletirmos sobre a proliferação destas narrativas no contexto brasileiro.

A cruzada antigênero e a perspectiva antifeminista

A palavra cruzada neste artigo não é uma simples metáfora para referir-se a “ofensiva” ou “guerra”. No campo neoconservador brasileiro, seu uso é comum para referir-se à defesa de ideais cristãos. Historicamente, as Cruzadas foram expedições militares empreendidas pela Igreja Católica durante os séculos XI e XIII que tinham o objetivo de recuperar a cidade de Jerusalém do domínio dos muçulmanos (DALAL, 2016). No século XXI, essa expressão é atualizada para referir-se a todas as batalhas que os cristãos imaginam estar enfrentando. O “gênero” (representando o movimento feminista) e o marxismo cultural (o comunismo ou tudo o que representa o chamado “esquerdismo”), por exemplo, seriam os maiores perigos à ideologia cristã, suas ideias são consideradas verdadeiros ataques aos cristãos³.

Os ataques ao feminismo e ao campo dos Estudos de Gênero não são nem uma novidade, nem uma especificidade brasileira. A “guerra” ao “gênero” e ao feminismo vem se produzindo desde a década de 1980 em vários países e faz parte de um projeto político e social mais amplo, que conta com apoio de diferentes setores conservadores⁴. Uma dessas estratégias foi a invenção da chamada “ideologia de gênero”, que se propõe, dentre outras coisas, a denunciar as feministas, em especial as professoras, e os movimentos de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT⁵ como aqueles que devem ser combatidos por estar pervertendo as infâncias, indo contra a natureza e por isso, destruindo a família e a própria sociedade.

Esse factóide, que foi criado no interior da igreja católica a partir da década de 1980, foi objeto de estudo do pesquisador Rogério Diniz Junqueira (2018), que analisou diversos documentos e publicações elaborados por membros da igreja católica. Junqueira conecta as bases teóricas da chamada “ideologia de gênero” com a “teologia do corpo”, difundida a partir da década de 1980. Como uma resposta às mudanças enfrentadas pela igreja e pela perda de fiéis, o discurso

³ Para aprofundar esse tema, sugerimos a série “Brasil: a última cruzada”, produzida pelo site Brasil Paralelo, um portal de produção e divulgação de conteúdo neoconservador no Brasil.

⁴ Veremos ao longo deste texto que a produção teórica antifeminista e antigênero é bancada pela alta cúpula da Igreja Católica. Mas é importante ressaltar o apoio financeiro de think tanks liberais conservadores, dentre eles o Instituto Millenium e o Instituto Burke, ao promover cursos e palestras na divulgação de conteúdos antifeministas e antigênero.

⁵ Optamos por utilizar a sigla oficial do movimento LGBT brasileiro, votada em conferência nacional no ano de 2008 e referendada na conferência nacional de 2016. A alteração da sigla, com a migração da letra L à frente, representa uma luta do movimento social de lésbicas feministas, em especial da Liga Brasileira de Lésbicas – LBL, a partir do argumento de que lésbicas são alvo de dupla opressão, uma vez que por serem mulheres se tornam alvos do machismo e por serem lésbicas, se tornam alvos da lesbofobia (BRUNETTO, 2010). Não ignoramos as novas composições das siglas. No entanto, sem juízos de valor, pensamos que essas novas composições se referem a existências e não à luta por políticas públicas específicas, como acontece no movimento social LGBT. Da mesma forma, como um posicionamento político e epistemológico por uma escrita feminista e uma educação não sexista, optamos por grafar o primeiro nome das autoras, quando citadas pela primeira vez no texto.

de submissão e obediência da mulher ao seu esposo é substituído por um discurso de complementariedade. A partir da “Teologia do Corpo” os sexos feminino e masculino continuam a ser entendidos como essencialmente diferentes, porém, complementares.

Mas apenas na década de 1990 a “ideologia de gênero” ganharia corpo, a partir de teóricas como a americana Dale O’Leary, católica e membro da Opus Day que passou a denunciar a suposta “agenda de gênero” imposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) em seu livro “*The Gender Agenda: Redefining Equality*” (1997), e a também americana Cristina Hoff Sommers, que cunhou o termo “feminismo de gênero” em seu livro “*Who Stole Feminism? How Women Have Betrayed Women*” (1994). Outro nome destacado por Junqueira é o padre belga Michel Schooyans, o primeiro a acusar organismos internacionais de estarem atuando em prol de uma agenda imposta por minorias subversivas. (JUNQUEIRA, 2018). Na América Latina a denúncia contra a “ideologia de gênero” também foi difundida amplamente, graças a publicações como a nota publicada pela Conferência Episcopal Peruana (1998), o primeiro documento eclesial a trazer este termo, e ao livro “Ideologia de Gênero: Neototalitarismo e Morte da Família” (2011), do advogado argentino Jorge Scala⁶.

Enquanto a denúncia de que uma suposta “agenda de gênero” estaria sendo implementada através da mídia e de políticas públicas nas áreas de educação e saúde começava a espalhar-se pelo mundo, a produção bibliográfica católica continuava a produzir bases para melhor difusão do combate à “ideologia de gênero” nos anos 2000. Com intuito de fornecer argumentos que pudessem ser utilizados por padres e fiéis nesta cruzada antigênero, mais de setenta “teóricas (os)” como a teóloga Jutta Burggraf e o monsenhor Tony Antrella colaboraram para a elaboração de um dicionário, o LEXICON (2003), que conta com 103 artigos sobre gênero, bioética, sexualidade e assuntos correlatos. Reforçando os argumentos já elaborados na Teologia do Corpo e nas produções citadas anteriormente sobre a “ideologia de gênero”, de maneira geral os textos do dicionário reafirmam o papel da natureza na diferenciação de papéis sociais entre os gêneros feminino e masculino, apelando para as suas vocações “naturais” dentro do matrimônio heterossexual. Nas palavras de Junqueira (2018, p. 471), este é o “mais amplo, incisivo e polêmico documento sobre o tema”. Nesse contexto da produção e disseminação do combate à “ideologia de gênero” pelo mundo, destaca-se também o papel desempenhado por Joseph Ratzinger, que não foi o principal (nem o único, como vimos), mas exerceu grande influência na promoção do termo

⁶ Em uma resposta escrita para o jornal Folha de São Paulo sobre as manifestações contra a sua passagem pelo Brasil em 2017, Judith Butler citou Jorge Scala como um possível “ponto de virada para as recepções de “gênero” no Brasil e na América Latina”. A matéria completa está disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml> (acesso em 31/07/2021).

com sua produção bibliográfica antigênero⁷, especialmente no que se refere contra a homossexualidade. (JUNQUEIRA, 2018).

No Brasil, como bem demonstraram Maria Rita de Assis César e André de Macedo Duarte (2017), um conjunto de conquistas relacionadas à pauta feminista e da população LGBTI nos anos 2000 influenciaram uma “reação” do campo conservador, que passou a se posicionar enfaticamente contra a inserção destas pautas especialmente em documentos relacionados ao campo educacional. Esse processo intensificou-se a partir de 2010, desde a Conferência Nacional da Educação Básica (CONAE 2010), que visava incluir temas relacionados ao respeito à diversidade, até a retirada da palavra “gênero” do Plano Nacional de Educação (PNE 2014) e, por consequência, de grande parte dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, aprovados em 2015. O “marco zero”, nas palavras de César e Duarte (2017), do processo de pânico moral (RUBIN, 2017) relacionado ao gênero no Brasil foi o programa Escola Sem Homofobia, de 2011, que foi apelidado pejorativamente de “kit gay” pelo então deputado federal Jair Bolsonaro. (CÉSAR; DUARTE, 2017).

Nas últimas décadas o que se demonstrou é uma intensificação desses ataques, que articulou uma bancada cristã e neoliberal, à qual se uniram católicos, evangélicos, em especial representantes das igrejas neopentecostais e neoliberais, como por exemplo, Miguel Nagib e o grupo de defensores do Escola Sem Partido. O movimento neoconservador Escola Sem Partido – MESP, inventado em 2003 com a intenção de evitar que as escolas e universidades, sobretudo as públicas, promovessem uma “doutrinação marxista cultural”, que estaria culminando na produção de militantes de esquerda comunistas, era incipiente na primeira década dos anos 2000. Mas, adquire notoriedade, inclusive internacional, a partir do momento em que toma para si a pauta antigênero e antifeminista, em 2010. (BRUNETTO; MOTTIN, 2020).

São óbvias as conexões entre os discursos conservadores de maneira geral, antigênero e antifeministas com setores mais tradicionais da igreja católica e de igrejas evangélicas. A moralidade é algo que une as múltiplas vertentes do conservadorismo no Brasil. O posicionamento frente a questões como ser contra a “ideologia de gênero” e contra a descriminalização do aborto, é algo que emerge em diferentes discursos da direita e também é central para o antifeminismo. O antifeminismo é marcado por uma posição de discordância com as ideias e ideais feministas, ele não é sinônimo de antigênero, mas o engloba, no sentido de que suas pautas vão além, e sua atuação parece ser mais abrangente. Este não é um movimento novo, desde que mulheres passaram a lutar por seus direitos, engajando-se na luta feminista, movimentos contrários também passaram a atuar

⁷ Junqueira (2018) destaca a *Lettera ai vescovi della Chiesa Cattolica sulla collaborazione dell'uomo e della donna nella Chiesa e nel mondo* de 2004. (Tradução: Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo).

no intuito de descredibilizar as mulheres (FLORES, 2004). Mas o antifeminismo atual, inserido no ideário conservador, atualiza muitas das questões que já eram latentes naquelas primeiras narrativas antifeministas, como por exemplo, o discurso que fundamenta as diferenças entre os sexos no essencialismo biológico, apelando à complementaridade no lugar da igualdade.

É notável ainda a atuação de mulheres no antifeminismo atual, perfis em redes sociais, blogs, canais do YouTube, dentre outras mídias digitais servem de difusores dessas ideias. As pautas combatidas vão desde a descriminalização do aborto até a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), passando pelo questionamento à pensão alimentícia e a defesa do *homeschooling* (educação domiciliar). A depender da pauta, mais ou menos pessoas endossam discursos e aderem a ideais antifeministas. Por exemplo, os argumentos que envolvem um afrouxamento da pena para não pagamento de valores da pensão alimentícia para ex-companheira e filhos aglutinam grupos e pessoas diferentes do que os argumentos a favor da regulamentação do *homeschooling*.⁸

A partir de uma estratégia discursiva sedutora e de fácil compreensão, os ataques antigênero tomaram telões de igrejas neopentecostais, grupos de famílias e redes sociais, em especial os de WhatsApp. Sempre colocando em oposição deus, a família e a proteção das crianças *versus* as professoras feministas, o movimento social e os sujeitos LGBT, essas investidas apresentaram frutos após a campanha eleitoral de 2018. Não apenas pela vitória do então deputado federal Jair Bolsonaro para a Presidência da República, mas em diversas candidaturas de senadoras (es) e deputadas (os). Um exemplo notório foram as candidaturas de duas antifeministas que já se faziam famosas através das redes sociais, Sara Winter⁹, para deputada federal pelo Rio de Janeiro (não eleita), e Ana Caroline Campagnolo¹⁰, para deputada estadual por Santa Catarina (eleita). Dentro das estratégias para conseguir engajar seu público, vimos um incentivo a práticas como a gravação das aulas por parte de estudantes para denunciar professoras¹¹, a judicialização dos processos pelas famílias de estudantes¹², dentre outras estratégias que colocaram a escola no centro das disputas de poder.

⁸ Os dados foram levantados em pesquisas, entre janeiro e dezembro de 2020, em redes sociais como Instagram, Facebook, YouTube e páginas de blogs.

⁹ Sara Winter se auto denomina como “ex-feminista”, ficou conhecida por ter feito parte do grupo “Femen” Brasil, no início da década de 2010. Na época da campanha eleitoral de 2018, Sara já fazia parte de grupos de extrema direita, em 2020 chegou a ser presa após proferir ameaças contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e organizar um protesto diante do tribunal em que seu grupo (“300 do Brasil”) usou tochas e máscaras, ato que foi comparado por parlamentares com o movimento supremacista norte-americano Ku Klux Klan.

¹⁰ Ana Caroline Campagnolo ficou conhecida por ter processado a sua ex-orientadora de mestrado (Marlene de Fáveri, da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC) por “discriminação, intimidação, ameaça velada via e-mail, exposição discriminatória, humilhação em sala de aula e tentativa de prejudicar academicamente a autora”. O processo era baseado na acusação de ter sido desligada do programa por ser conservadora e religiosa. A ação foi julgada improcedente no dia 05 de setembro de 2018. É uma das antifeministas mais atuantes na atualidade, ministrando cursos em plataformas conservadoras como o Instituto Burke. Em 2019 lançou o livro “Feminismo: perversão e subversão”.

¹¹ Para mais sobre isso, acessar: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-defende-gravacao-de-professores-por-alunos-em-sala-de-aula/> Acesso em: 02 abr. 2021.

¹² Para mais sobre isso, acessar: <https://www.escolasepartido.org/blog/category/processos-judiciais/> Acesso em: 02 abr. 2021.

Refletir sobre a circulação do pensamento antifeminista, antigênero e conservador no Brasil contemporâneo e sobre os efeitos que estas narrativas trazem ao campo da educação é urgente para fortalecer os princípios básicos que norteiam a educação no país. Alimentados por um processo de “pânico moral”, essas narrativas têm dado suporte a projetos de leis como o *homeschooling*, a militarização das escolas públicas e diversas outras estratégias que atacam a educação para a democracia. Na próxima etapa deste artigo, analisaremos o conceito de pânico moral e como o medo é alimentado através dos discursos antigênero e antifeminista.

O pânico ao gênero

Um argumento muito comum entre os que combatem aquilo que chamam de “ideologia de gênero” é o apelo à proteção das crianças. “Proteger” as crianças é uma afirmação sedutora porque toda a sociedade, se interpelada sobre isso, vai se posicionar a favor, inclusive as professoras feministas e os movimentos LGBT. No entanto, “proteger as crianças” pode assumir diferentes significados e no pensamento neoconservador essa proteção tem um sentido bem específico. Não interessa saber quem é a favor ou contra a proteção das crianças, ao invés disso, se cria um inimigo a eliminar – as professoras feministas. Se afirma, sem fundamentação nenhuma, porque esta não é uma questão importante para tais estratégias, que as professoras feministas – ideólogas de gênero – fazem doutrinação ideológica, confundem a cabeça das crianças, pretendem e vão fazer com que as crianças “virem” lésbicas, gays, bissexuais, travestis ou transexuais. Com isso, uma série de afirmações constroem um cenário no qual as feministas são produzidas como inimigas das crianças, de deus, da família, da sociedade e da humanidade.

Para os neoconservadores, as professoras feministas querem destruir as infâncias, pois confundem a cabeça das crianças ao afirmarem que o gênero não está necessariamente ligado ao sexo biológico, deixando aberta a possibilidade de se trocar de gênero quando bem entenderem, como se isso fosse uma escolha consciente ou dependesse única e exclusivamente desse processo de escolha. É como se as professoras feministas tivessem o poder de mudar a orientação sexual¹³ ou a identidade de gênero¹⁴ de alguém. Afirmam também que as ideias feministas afastam as

¹³ Orientação sexual, também denominada de identidade sexual, é um conceito que se refere às maneiras como as pessoas experienciam suas sexualidades. Se trata da direção para a qual o desejo afetivo sexual das pessoas se orienta. Pode se dar de diversas formas. Nas relações lésbicas, por exemplo, quando pessoas do gênero feminino se interessam afetiva e/ou sexualmente por outras do gênero feminino. Podem se dar também entre pessoas do gênero masculino, gays. Em direção a pessoas de ambos os gêneros, bissexuais. Ou ainda entre pessoas de gêneros opostos, heterossexuais. O conceito de orientação sexual, portanto, está relacionado com as múltiplas possibilidades de práticas sexuais e relações afetivas e/ou amorosas. Nesse sentido: “Compreendemos orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.” (YOGYAKARTA, 2006, p. 7).

¹⁴ A identidade de gênero é um conceito relacionado à forma como as pessoas negociam com as normas de gênero vigentes e se apresentam à sociedade em relação a essas normas. Pode se dar de diferentes maneiras. Identidade de gênero feminina, masculina, não-binária, dentre outras possibilidades. Está relacionada também ao conceito de cisgeneridade e trans, pois uma identidade de gênero feminina, num corpo cisgênero é diferente de uma identidade de gênero feminina num corpo trans. Para Jaqueline Gomes de Jesus: “[c]hamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. (...) Denominamos as pessoas não-cisgênero, as que não são identificadas com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans.” (2012, p. 10)

mulheres do papel social esperado para elas, isto é, a atividade do cuidado (expresso na maternidade e cuidado do lar), afetando drasticamente a reprodução da espécie humana e isso representaria um passo para a extinção da sociedade. Nessa ótica, o feminismo também representa um ataque contra deus e contra a natureza, primeiro porque pretenderiam acabar com as famílias cristãs, ao ensinarem às mulheres heterossexuais a desobediência aos maridos e a possibilidade e importância da denúncia das violências de gênero a que estão sujeitas numa relação abusiva. Segundo, ao ensinarem que uma relação lésbica ou gay é tão legítima quanto uma relação heterossexual e ao ensinarem que pessoas trans são sujeitos de direitos como as pessoas cis. Estas são algumas dentre outras distorções dos discursos, das práticas, das experiências e, principalmente, das produções intelectuais feministas (SCALA, 2011) (CAMPAGNOLO, 2019).

Essas distorções produzem efeitos de poder nos corpos, práticas e experiências das professoras feministas ligando-as à bruxaria e até mesmo à maçonaria. Podemos pensar estes movimentos reacionários como um evento de longa duração na história do Ocidente. Os saberes milenares das mulheres queimadas nas fogueiras da santa inquisição como bruxas, eram considerados perigosos para a sociedade. Os saberes que as feministas publicizam na contemporaneidade também o são, ainda que guardadas as devidas proporções geográficas, históricas e políticas. Isto porque estes também produzem um pânico moral, ou seja, as professoras feministas são vistas como um perigo à manutenção da ordem vigente.

Na década de 1960, Stanley Cohen desenvolveu uma reflexão sobre como a sociedade reage a determinadas situações e identidades sociais, quando é presumido alguma forma de perigo à ordem vigente. Cohen criou o conceito de pânico morais para caracterizar a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos. Nesta perspectiva:

Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas.

Assim, grupos que de alguma forma divergem da norma, por exemplo, feministas ou pessoas LGBT em uma sociedade heteronormativa, fundada no patriarcalismo cristão, viram alvo do pânico, da ira da sociedade. O autor completa os possíveis desfechos:

Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende (COHEN, 1972, p. 9).

É interessante pensar nos resurgimentos dos pânicos morais em diferentes momentos na história, tanto no tempo como no espaço. Não são continuidades, extensões, mas antes, como pensou Foucault (1996, p. 23), reaparições: “sonho lírico de um discurso que renasce em cada um de seus pontos, absolutamente novo e inocente, e que reaparece sem cessar, em todo frescor, a partir das coisas, dos sentimentos ou dos pensamentos”.

Existem muitas semelhanças entre os fenômenos analisados por Cohen e outros períodos na história. Outras (os) pensadoras (es) também se dedicaram a refletir sobre os processos de pânico moral, dentre elas (as), a antropóloga norte americana Gayle Rubin. Dialogando com os estudos do historiador e sociólogo Jeffrey Weeks, a autora sistematizou uma série dessas semelhanças, relatando o desenvolvimento de conflitos ligados a “valores sexuais” ou “condutas eróticas”. Em seu ensaio “Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade”, publicado pela primeira vez em 1984, a autora reelabora o conceito de *pânico moral*, ao pensar as similaridades entre esses diversos contextos históricos: as décadas de 1880, 1950 e o contexto no qual ela escreveu, os anos 1980.

Relacionado com crises políticas e econômicas, a autora afirma que os *pânicos morais* “são o ‘momento político’ do sexo, durante o qual atitudes difusas são canalizadas na forma de ação política e, a partir disso, de transformação social” (RUBIN, 2017, p. 109, grifos da autora). Nesses momentos de pânico, também chamados pela autora de “guerras do sexo”, cria-se uma “histeria erótica” e com isso, o medo circula devido à iminente catástrofe ou destruição que se anuncia através da atividade sexual de determinados grupos.

Durante um pânico moral, esses medos são projetados sobre uma população ou atividade sexual desfavorecida. A mídia fica indignada, o público vira uma multidão furiosa, a polícia é acionada e o Estado promulga novas leis e regulamentos. Após passar o furor, alguns grupos eróticos inocentes terão sido dizimados, e o Estado terá ampliado seu poder para novas áreas do comportamento erótico. (RUBIN, 2017, P. 109).

Um exemplo utilizado pela antropóloga é o pânico gerado em torno de “vícios” sexuais, durante o século XIX, na Inglaterra e nos Estados Unidos. O combate à masturbação entre as (os) jovens, por exemplo, foi uma “guerra” encampada nesse período. A sociedade acreditava que a masturbação levaria à loucura ou prejudicaria o crescimento das crianças e das (os) adolescentes.

Por isso, mães e pais amarravam suas (seus) filhas (os) enquanto dormiam para evitar que se masturbassem, assim como médicos amputavam ou queimavam o clitóris de meninas que apresentavam esse comportamento. Podemos considerar que tais práticas, frutos de um processo de pânico moral, apesar de há muito tempo terem sido abandonadas, continuam repercutindo de alguma forma, seja na educação, na medicina ou na legislação. Isso porque, como afirma a antropóloga, passa o “furor” do período de pânico, mas ficam as consequências. Em outras palavras, os efeitos deixados após um processo de pânico moral ecoam em gerações futuras.

Como apontado na seção anterior, o desenvolvimento do pânico moral no Brasil teve início com a polêmica em torno do programa Escola Sem Homofobia, de 2011, e passou a ser continuamente alimentado pelo impulso de novas polêmicas envolvendo o “gênero”, como nos processos de aprovação dos Planos de Educação em 2014 e 2015 e na campanha eleitoral de 2018. A exploração da pauta envolvendo gênero alimentou o pânico moral e rendeu frutos políticos, midiáticos e financeiros a um número significativo de pessoas alinhadas ao neoconservadorismo e ao mesmo tempo significou perdas na garantia da promoção dos direitos humanos de mulheres e pessoas LGBT, assim como dificultou o combate à violência sexual contra as crianças e adolescentes, como veremos adiante.

A questão central neste debate sobre o pânico moral gira em torno da defesa de um ideal de sexualidade, de família e da moral. Cria-se uma oposição, uma linha divisória, entre o sexo “bom” e o “mau”, entre o permitido e o proibido. Analisando as “formações ideológicas” do pensamento sexual, Rubin aponta o peso que a “negatividade sexual” assume neste processo. Chama a atenção como “as sociedades ocidentais geralmente consideram o sexo uma força perigosa, destrutiva, negativa” (RUBIN, 2017, p. 81). A antropóloga acrescenta que “praticamente todos os comportamentos eróticos são considerados maus a menos que se estabeleça uma razão específica para isentá-los. As desculpas mais aceitáveis são o casamento, a reprodução e o amor.” (idem, p. 81, 82).

A “negatividade sexual” tem relação direta com a “valoração hierárquica dos atos sexuais”, que como o próprio nome diz, consiste na classificação dos atos sexuais em uma hierarquia que oscila entre o bom/permitido e o mau/proibido. De maneira geral, a antropóloga aponta que no lado “bom” estariam apenas os casais heterossexuais casados que procriam. Pensando em uma “linha” da “respeitabilidade”, na sua fronteira estariam casais heterossexuais não casados e heterossexuais promíscuos. Na sequência, a autora afirma que “o sexo solitário flutua de forma ambígua” (idem, p. 83), pois ainda existiria um estigma sobre a masturbação, como se esta fosse uma “substituta inferior” às relações entre casais. Logo abaixo nesta hierarquia, estariam casais

estáveis de gays e lésbicas, seguidos por gays e lésbicas promíscuos. Por fim, as “classes sexuais” que habitariam a parte mais inferior da pirâmide seriam travestis, transexuais, fetichistas, sadomasoquistas, profissionais do sexo e “a mais baixa de todas, aquela cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais.” (idem, p. 83).

Analisando essa proposta que Gayle Rubin pensou no contexto norte americano dos anos 1980, o antropólogo Sérgio Carrara (2015) reflete sobre a realidade brasileira da década de 2010. Ele observa que esse sistema de estratificação sexual proposto por Rubin não é uma fotografia que mostra um sistema congelado, mas sim um processo dinâmico de “mobilidade sexual”. Este esquema da hierarquia dos atos sexuais se altera de modo contínuo, adaptando-se a diferentes contextos históricos e sociais. A própria Rubin afirma que “disputas em torno das definições, avaliações, arranjos, privilégios e custos do comportamento sexual ocorrem continuamente” (RUBIN, 2017, p. 104). Carrara (2015) aponta que o reconhecimento jurídico de relações homoafetivas em diversos países ocidentais, por exemplo, pode ter gerado um deslocamento da “linha” em diferentes contextos, evidenciando essa mobilidade. Podemos pensar que esta linha da “respeitabilidade” não se move apenas na direção da aceitação, a depender do contexto, vivenciamos retrocessos.

Para concluir a discussão sobre os impactos desta estratificação dos atos sexuais, é importante ressaltar que os que estão no topo dessa pirâmide “são recompensados com o reconhecimento de saúde mental, respeitabilidade, legalidade” (RUBIN, 2017, p. 83). Por outro lado, aqueles que estão situados na parte mais baixa da pirâmide estão constantemente disputando esses status, seja para conquistar direitos ou mantê-los. A fronteira ou a linha da aceitação parecem estabelecer uma divisão entre a ordem e o caos. O medo de que essa fronteira se dissolva e algo “desprezável” passe para o outro lado apresenta-se como um aspecto do *pânico moral*, e a isto a antropóloga dá o nome de “teoria do dominó de risco sexual”. O deslocamento da “linha” pode gerar a desordem, o caos, e neste caso, a destruição da sociedade. Nas palavras da autora: “A cultura popular é permeada pela ideia de que a variedade erótica é perigosa, doentia, depravada, e uma ameaça a tudo que existe, desde crianças pequenas até a segurança nacional.” (RUBIN, 2017, p. 84 e 85).

As similaridades com o contexto brasileiro atual são evidentes, as narrativas que combatem a “ideologia de gênero” são recheadas de argumentos que anunciam o caos, a desordem e a destruição da sociedade caso “gênero” fosse discutido nas escolas. (MOTTIN, 2019). Dessa forma, é possível compreender como a figura da professora feminista foi sendo construída como inimiga

das crianças, das famílias, de deus e da sociedade e, a partir desses discursos, adquiriram um grupo considerável de inimigos que se colocam ilusoriamente a serviço da proteção das crianças.

Ilusoriamente pois, se o interesse de tais estratégias acionadas pelo pensamento conservador fosse o de proteger as crianças, deveriam atuar no sentido oposto, o de estimular e reforçar as abordagens feministas de gênero e sexualidade nas escolas. Isso porque esse tipo de abordagem é imprescindível para o enfrentamento das violências de gênero praticadas contra crianças, adolescentes e jovens. Dentre essas violências de gênero, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes figuram como algumas das mais covardes tipificações. Dados que já se mostravam alarmantes¹⁵ podem ter sido potencializados durante o isolamento social decorrente da crise sanitária que se desdobrou com a pandemia da COVID-19. Os conceitos, pesquisas, debates e discussões feministas podem atuar como práticas de prevenção e fortalecer canais de denúncias seguros nas escolas. Dessa forma, possíveis vítimas poderiam ser acolhidas, contribuindo para a erradicação dos abusos. É notório que em muitos casos a escola apresenta-se como único espaço no qual essa possível vítima pode denunciar, considerando-se que o na maioria dos casos o abusador está dentro de casa (ver nota de rodapé 19).

Nesse sentido, afirmamos que os discursos neoconservadores, como os relacionados ao factóide “ideologia de gênero” e as estratégias que os sustentam são mentirosos e criminosos. Mentirosos, porque distorcem as produções teóricas e conceituais das feministas que foram inventadas justamente para questionar as violações de direitos e as violências de gênero. Além disso, as utilizam para sugerir à sociedade em geral que as feministas estão atuando para perverter as crianças e, por isso, devem ser combatidas, eliminadas. Abordagens feministas da discussão sobre gênero nas escolas poderiam desnaturalizar os toques, discutir e caracterizar os abusos, além de realizar ações de prevenção, bem como acolher possíveis vítimas e encaminhar um suporte psicológico e de assistência social, assim como dar suporte para encaminhamento de denúncias no campo jurídico. Por isso os discursos neoconservadores são também criminosos, pois ao invés de proteger as crianças, fortalecendo os canais de denúncia, assumem uma postura de ataque e defendem a retirada desses debates das escolas.

Dessa forma, podemos afirmar que os discursos e estratégias neoconservadoras se constituem como o principal canal de apoio, omissão e conivência com as violências de gênero na escola –

¹⁵ O Boletim Epidemiológico 27, publicado pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, em junho de 2018, aponta aumento considerável da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil de 2011 a 2017. O número de notificações de violência sexual, total e contra crianças e adolescentes, passou de 17.176 em 2011 para 31.435 em 2017. A avaliação das notificações mostrou que 69,2% dos casos de violência sexual notificados ocorreram na própria residência das crianças e adolescentes. Para mais sobre isso ler: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico N°27** – Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/boletim-epidemiologico-no-27/> Acesso em: 23 setembro de 2021.

abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como de violências domésticas contra as crianças, adolescentes, mulheres e famílias que dizem querer proteger. Tornam-se cúmplices e em muitos casos, são estes os próprios agentes das violências, pois não raras vezes na história dos abusos sexuais de crianças e adolescentes se teve notícias de religiosos envolvidos nesses processos.¹⁶

Estratégias de resistência

Diante disso, o que se coloca em jogo é questionar a quem interessa retirar as discussões sobre as relações de gênero, numa perspectiva feminista, das escolas? Denunciar que o que essa onda neoconservadora tem conseguido com esses investimentos de poder contra as professoras feministas nas escolas é retirar o debate, a prevenção e o enfrentamento das violências de gênero desse espaço. Ou seja, ao invés de proteger as crianças e as famílias, se colocam como coniventes com as violências de gênero; ao invés de proteger as crianças, acabam por proteger somente os abusadores e garantir que os abusos continuem acontecendo.

Uma questão problemática desses discursos neoconservadores também é que eles se produzem como monólogos, não admitem diálogo ou debate, ao contrário, fogem disso. Se produzem por meio de crenças, opiniões e informações, descomprometidas com a realidade social material. Para tais discursos, a pesquisa e o conhecimento não importam. Eles se vendem como dogmas e como um produto na engrenagem do capitalismo.

Nesse sentido, retomando o trecho da música de Dona Yvonne Lara que abriu esse artigo, “Foram me chamar, eu estou aqui, o que que há?”, sugerimos que as pesquisadoras e professoras feministas construídas como alvo se somem, se fortaleçam e façam o enfrentamento político, disputando o espaço da educação. Ou seja: se a educação está em disputa, estamos aqui para disputar. Defender que a educação deve ser acessível à todas as pessoas; que o espaço da escola precisa se constituir num espaço seguro para acolher as possíveis vítimas das violências de gênero, especialmente no que se refere ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e à violência doméstica; que a escola como espaço tempo pedagógico precisa se produzir como um lugar seguro de discussão e aprendizagens sobre os direitos sexuais e

¹⁶ Para mais sobre isso, acessar:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/internacional/1574186102_002170.html <https://home.crin.org/issues/sexual-violence/child-sexual-abuse-catholic-church-latin-america>

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/02/numero-de-vitimas-de-pedofilia-dentro-da-igreja-pode-chegar-a-10-mil-na-franca.ghtml>

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/02/12/interna_internacional,1030096/escandalo-de-abusos-sexuais-chega-a-principal-igreja-protestante-dos-e.shtml

<https://domtotal.com/noticia/1475219/2020/10/lideres-da-igreja-anglicana-pedem-desculpas-as-vitimas-de-pastores-pedofilos> Acesso em: 23 abr. 2021.



reprodutivos, o direito ao próprio corpo, as tipificações das violências de gênero, os caminhos possíveis de denúncia, a diversidade das formas de se experienciar as sexualidades, de performar os gêneros, a respeito das interseccionalidades, sobre os dados das violências de gênero e as potencializações dessas violências decorrentes da pandemia da COVID-19.

Neste contexto, compreendemos violências de gênero como todas as violações de direito e tipos de violências relacionadas a gênero e sexualidades, interseccionadas a outros marcadores sociais da diferença, tais como raça, etnia, geração, territorialidade, deficiência, dentre outras. As violências de gênero, grafadas no plural, tensionam a limitação das violências de gênero especificamente aos espaços domésticos. A partir dessa análise, o racismo, por exemplo, pode ser compreendido como uma violência de gênero, quando estiver relacionado a mulheres negras e indígenas. Portanto, as violências de gênero são complexas e multifacetadas, sustentadas pelo machismo, sexismo, LGBTfobia, racismo, capacitismo, xenofobia, preconceito geracional, dentre outros. Além disso, as análises sobre as violências de gênero abarcam também os diferentes espaços tempos nos quais ocorrem, pois atrelam outras questões sociais interseccionais como as das periferias, do encarceramento, do isolamento social, de hospitais psiquiátricos, da migração, dentre outras (BIGLIA; CONCHI, 2007).

Assim, diante dos ataques neoconservadores, das investidas de poder e da colocação da educação e das escolas no centro das disputas de poder, nós professoras e pesquisadoras feministas nos colocamos, junto com os movimentos sociais organizados feministas, lésbicos feministas, de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT, de mulheres negras, indígenas, do campo, urbanos, da periferia, migrantes, pela despatologização, dentre outros, comprometidos com a promoção dos Direitos Humanos amplos.

Essa coalizão política (BUTLER, 2017) se coloca para a disputa pela educação e pela escola, numa perspectiva ética e estética, engajada com a educação como ato político, como práticas de liberdade e resistência (FOUCAULT, 2010; 1988; 1984). Talvez pudéssemos aprender com Butler (2017) que para garantir as condições de existência de certos sujeitos coletivos seria necessário mobilizar-se de outra maneira: agir politicamente, não a partir de uma assembleia de corpos plurais que reivindica a esfera pública pela qual foi abandonada e tem o pressuposto normativo (DUARTE, 2019) de que todas as formas de vida devem ser dignas e igualmente vivíveis.

Referências

- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*. Quando a vida é passível de luto? Trad. Sergio Tadeu de Niemeyer e Arnaldo Marques da Cunha. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BRUNETTO, Dayana; MOTTIN, Karina Veiga. Os efeitos de poder produzidos pelo projeto escola sem partido na docência. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, v. 13, n. 42, p. 297-312, 2020.
- CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *Feminismo: perversão e subversão*. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2019.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. *Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios*. Educar em Revista, v. 33, n. 66, p. 141-155, 2017.
- DALAL, Rosen. *A compacta história do mundo*. São Paulo: Universo dos Livros, 2016.
- DUARTE, André. *A pandemia e o pandemônio: ensaio sobre a crise da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2020
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. *O pensamento antifeminista: a querela dos sexos*. História Revista, v. 9, n. 2, p. 4, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. Prefácio - O Anti-Édipo: uma introdução à vida não-fascista (1977). In: *Ditos e escritos VI: repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo ea elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.
- MOTTIN, Karina Veiga. *A "ideologia de gênero" através das narrativas da Assembleia Legislativa do Paraná: o caso do Plano Estadual de Educação*. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2019.
- RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo. Notas para uma teoria radical da política da sexualidade*, 2017.
- SCALA, Jorge. *La ideología del género o el género como herramienta de poder*. Rosário: Ediciones Logos Ar, 2010.